

**O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE
REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS: O CASO REUNI
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

***THE SUPPORT PROGRAM THE PLANS OF
REORGANIZATION AND EXPANSION OF THE
FEDERAL UNIVERSITIES: THE CASE REUNI IN THE
FEDERAL UNIVERSITY OF VIÇOSA***

RÚBIA FONSECA ROBERTO

Mestranda em Administração (UFV)

rubia.roberto@ufv.br

Resumo

Com o objetivo de ampliar o acesso à Educação Superior no Brasil, o Governo Federal vem editando e implementando políticas que visam reduzir as desigualdades sociais, promover a inclusão social e melhorar a qualidade de ensino, com o aproveitamento das estruturas físicas já existentes. A criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, mais do que uma iniciativa do governo é uma política pública que se alinha às propostas dos dirigentes das universidades federais, no sentido de consolidar e aperfeiçoar o sistema público de educação superior, melhorando a eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. O presente trabalho descreve as diretrizes iniciais e analisa dados do primeiro ano da implementação do Reuni na Universidade Federal de Viçosa, bem como as diretrizes propostas e em andamento para cumprimento das metas do Programa nesta Instituição.

Palavras-Chave: Reuni, políticas de gestão pública, acesso no superior público.

Abstract

In order to amplify the access to higher education in Brazil, the Federal Government has been editing and implementing policies to reduce social inequalities, to promote social inclusion and improve the quality of education, by utilizing the available physical structures. The creation of the Support Program for Restructuration and Expansion of Federal Universities – REUNI, by Decree No. 6096 on April 24, 2007, more than a governmental initiative, it is a public politics that aligns with the proposals of the leaders in the federal universities, in order to consolidate and improve the public system of higher education, as improving the efficiency, effectiveness and quality of the public services provided to citizens. This paper describes the initial guidelines and analyzes the data relative to the first year of REUNI implementation at the Universidade Federal de Viçosa, as well as the guidelines proposed and under progress to fulfill the goals of the program in this institution.

Keywords: REUNI, public management policies, access to higher public.

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social. O objetivo é proporcionar às universidades federais as condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Esta diretriz visa o aumento da oferta de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES), no sentido de absorver a demanda existente no país.

A necessidade de expansão da educação superior é urgente, pois, poucos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso ao ensino superior, ou seja, apenas 24,1%¹. Com a implementação do Reuni, foi adotada uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público.

Das 54 universidades federais existentes no país, 53 aderiram ao programa Reuni em 2007. Esta realidade não foi diferente para a Universidade Federal de Viçosa (UFV), que também aderiu ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Com vistas ao atendimento das exigências estabelecidas pelo plano, as Instituições de Ensino Superior Federal apresentaram ao ministério planos de reestruturação e adotaram mecanismos para sua implementação.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é descrever as ações propostas pela UFV² assim como aquelas que estão sendo implementadas, lembrando que o plano de reestruturação prevê o cumprimento de metas até o ano de 2012. Também serão referenciadas as fases do ciclo de políticas públicas na abordagem de Barkenbus (1998): agenda, formulação, implementação e avaliação, para a análise das políticas de desenvolvimento das Universidades Federais.

Tanto o meio acadêmico como o político acreditam que ainda existe a necessidade de ampliação da capacidade do governo para a gestão das políticas públicas (FADUL E SOUSA, 2005). Para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de perfis de competências das Universidades Federais para que haja melhoria da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.

¹ Fonte: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&ativo=503&Itemid=502>. Acesso em: 02 jun. 2010.

² Fonte: Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Viçosa.

A expansão do sistema público federal de educação superior, não obstante sua oportunidade e pertinência, deve estar associada a reestruturações acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, bem como a utilização adequada dos recursos humanos e materiais colocados à disposição das universidades federais. Mais do que uma iniciativa de governo, este movimento alinha-se às propostas dos dirigentes das universidades federais, no sentido de consolidar e aperfeiçoar o sistema público de educação superior, com destaque para a revisão de currículos e projetos acadêmicos visando flexibilizar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos estudantes a formação multidisciplinar e interdisciplinar, humanista e o desenvolvimento do espírito crítico.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa, com base em seus objetivos que consistem em descrever as ações propostas pela UFV e as que estão sendo implementadas no plano de reestruturação universitária, pode-se classificar tanto como pesquisa exploratória, como descritiva. Conforme GIL (2002:41), as pesquisas exploratórias têm como objetivo:

“proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de instituições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

A pesquisa exploratória permite maior familiaridade com o problema, possibilitando a formulação de hipóteses que orientem a sistematização dos dados. Além do caráter exploratório, esta pesquisa possui aspecto descritivo, cujo objetivo segundo GIL (2002:42) é:

“a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.”

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados neste trabalho, consta a pesquisa bibliográfica. GIL (2002:44) define que ela “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e que algumas são exclusivamente desenvolvidas por meio de fontes bibliográficas. A pesquisa bibliográfica possibilita um estudo preliminar a respeito do assunto, por meio de livros, artigos científicos, monografia, dissertações e teses. É importante considerar que os estudos sobre a implementação do REUNI ainda não possuem um volume que o objeto de pesquisa precisa para a sua compreensão. Neste sentido, iniciar um estudo que propicie uma visão, ainda que elementar, sobre a implementação do REUNI na UFV é de grande valia para que novos estudos surjam a partir desta abordagem.

Alguns dados foram obtidos por meio de consulta feita pelo SQL – *Structured Query Language* (Linguagem de Consulta Estruturada) à base de dados do Sistema de Controle Acadêmico da UFV – Registro Escolar. Outros, por meio de relatórios concedidos pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, com referências às demais Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Como o Reuni é um programa de longo prazo, sua implementação ainda encontra-se em andamento nas Universidades e as informações disponíveis não são conclusivas. Embora as atividades do plano tenham sido iniciadas em 2007, o MEC disponibilizou relatório com informações apenas do primeiro ano de execução do programa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Contextualização Histórica da UFV

Com o incremento da produção agropecuária em Minas Gerais, o então presidente do Estado, Arthur da Silva Bernardes, tomou a iniciativa de criar uma escola que oferecesse bases para o desenvolvimento de atividades agropastoris. Sua intenção era dotar o Estado de um estabelecimento que, à maneira de instituições similares nos Estados Unidos, tivesse uma atuação baseada no ensino, pesquisa e extensão.

Em dezembro de 1921, foram aprovados os planos e a planta da futura Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada formalmente pelo Decreto nº. 6.053, de

30 de março de 1922. A construção dos edifícios foi iniciada logo a seguir, sendo que a inauguração do prédio principal, atualmente Edifício Arthur da Silva Bernardes, ocorreu em 28 de agosto de 1926, presidida pelo idealizador da ESAV que, na época, ocupava a Presidência da República.

Na ESAV, o curso superior de Agricultura iniciou-se em 1º de março de 1928. Nessa mesma ocasião, realizou-se a 1ª. Semana do Fazendeiro, considerada a primeira atividade extensionista desse tipo no Brasil. Ainda, nessa época, tiveram início as atividades de investigação científica, cujo resultado é expresso, atualmente, em numerosos produtos e tecnologias, com destaque para novas variedades de vegetais de relevância na econômica.

A antiga ESAV foi núcleo original da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), criada pela Lei Estadual nº. 272, durante o governo de Milton Soares Campos, assinada em 13 de novembro de 1948, incorporando a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão.

Em 26 de março de 1965, foi criado o Colégio Universitário da UFV (COLUNI) por decisão do Conselho Universitário da UREMG, com ratificação no Decreto Estadual nº. 8.484, de 14 de julho de 1965, iniciando suas atividades em 1966.

Expandindo-se em todos os setores e colocando-se na vanguarda na criação de cursos, como Economia Doméstica e Engenharia Florestal, dentre outros, a UREMG foi incorporada à Universidade Federal de Viçosa pelo Decreto nº. 64.825, de 15 de julho de 1969, data em que foi instituída a UFV, pelo presidente Arthur da Costa e Silva.

Nos últimos anos, a UFV tem passado por extraordinário crescimento acadêmico-administrativo. Em 22 de maio de 2006, o Conselho Universitário, pela Resolução nº. 07/2006, aprovou o “*Campus* de Florestal da Universidade Federal de Viçosa” e determinou ações de expansão e aperfeiçoamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, além da unidade de ensino médio tecnológico, o *campus* integra-se no processo de expansão da Universidade Federal de Viçosa, com a criação de cursos superiores de tecnologia. No dia 25 de julho de 2006, pela Resolução CONSU nº. 08/2006, foi autorizada a criação do *Campus* de Rio Paranaíba, localizado na Zona do Alto Paranaíba.

3.2. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), visa criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação.

“O Ministério da Educação destina ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a: construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa; compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.” (BRASIL, 2007)

O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas, que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país, como pode ser observado na Tabela 1.

Para atingir seus objetivos, busca integrar todas as universidades federais a uma hierarquia única de administração, além da ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.

Tabela 1 – Dimensões do REUNI

| Dimensões | Ações |
|--|---|
| Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública | <ul style="list-style-type: none"> - Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; - Redução das taxas de evasão; e |

| | |
|--|---|
| | - Ocupação de vagas ociosas. |
| Reestruturação Acadêmico-Curricular | - Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade; - Reorganização dos cursos de graduação; - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada; - Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e - Previsão de modelos de transição, quando for o caso. |
| Renovação Pedagógica da Educação Superior | - Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; - Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem; - Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo. |
| Mobilidade Intrainstitucional e Interinstitucional | - Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre instituições de educação superior. |
| Compromisso Social da Instituição | - Políticas de inclusão; - Programas de assistência estudantil; e - Políticas de extensão universitária. |
| Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação | - Articulação da graduação com a pós-graduação: expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior |

Fonte: Ministério da Educação (2007), adaptado para este estudo.

3.3. Ações Propostas pela UFV em cada dimensão do Reuni

Na UFV, as propostas do Reuni foram apresentadas aos professores dos quatro centros de ciências, bem como às diretorias dos órgãos sindicais e estudantis em reuniões convocadas pelo então Reitor, Professor Carlos Sediya. A proposta foi discutida no Conselho Universitário, logrando aprovação para a inclusão da UFV no Programa. Na ocasião, foi nomeada uma comissão encarregada da elaboração e apresentação da proposta ao Conselho, a qual, posteriormente, foi submetida ao Ministério da Educação (MEC).

O plano visou à reorganização acadêmica, determinando incremento na eficiência da UFV, com aumento do número de estudantes atendidos e de diplomados. A seguir, apresenta-se uma descrição das ações propostas pela UFV, para ingresso no programa, visando atender cada uma das dimensões objetivadas no REUNI. Os dados a seguir estão em conformidade com a súmula do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Viçosa, documento oficial apresentado ao MEC.

3.3.1. Ampliação da Oferta de Educação Superior

O aumento de vagas projetado para a graduação foi de 3.335 matrículas até o ano de 2012. Considerando que a matrícula projetada de graduação de 2006, ano de referência para os cálculos de projeção, foi de 9.051 matrículas, o aumento projetado no período 2008-2012 será de 42%, atendendo-se, assim, à condição de expansão estabelecida. O crescimento da graduação a ser contabilizado para o Reuni ocorrerá nos *campi* de Viçosa e Florestal.

- Redução das taxas de evasão: propôs-se aperfeiçoar os programas de Tutoria, Monitoria, Assistência Estudantil, PVANet e Integração da Pós-Graduação à Graduação. Propôs-se, ainda: o aumento no oferecimento de disciplinas em férias escolares; as discussões da avaliação de disciplinas, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem; o apoio ao docente no processo didático-pedagógico; e o desenvolvimento de um programa especial de motivação da recuperação acadêmica de alunos com baixo rendimento e na iminência de desligamento da instituição.

- Ocupação de vagas ociosas: foram propostas melhorias no programa de preenchimento de vagas ociosas já existentes.

- Aumento de vagas de ingresso: para expansão do ensino, a proposta se fundamenta em cinco eixos, a seguir:

- a) consolidação de recente expansão de cursos e de oferta de vagas iniciais: a UFV passou a oferecer, em 2007, dois novos cursos de graduação, Engenharia Mecânica e Engenharia Química, além de aumentar o número de vagas iniciais do curso de Química, já existente. No curso de Química, passaram a ser ofertadas, a partir de 2007, mais 20 vagas no concurso vestibular;
- b) ampliação do oferecimento de cursos no período noturno e criação do curso de Ciências Sociais: planejou-se, no *Campus* de Viçosa, turmas específicas no período noturno das licenciaturas em Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química, até então oferecidas unicamente em período diurno, além de incluir a habilitação em Espanhol no atual curso

- de Letras, e ainda a criação do curso de Ciências Sociais, a ser oferecido também no turno noturno;
- c) consolidação da área de saúde, com a criação dos cursos de Enfermagem e Medicina: visando a mais efetiva inserção na área de saúde, a UFV identificou a necessidade de criação dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina, completando, assim, uma importante lacuna de sua atuação institucional. Neste contexto, planejou reformular suas atividades educacionais e implementar novas propostas pedagógicas para a formação de profissionais da saúde adequados às demandas contemporâneas;
 - d) oferecimento de cursos superiores no *Campus* de Florestal: criação do *Campus* de Florestal, visando ao oferecimento de cursos superiores: Licenciaturas em Matemática, Física, Química e Ciências Biológicas e cursos Superiores de Tecnologia: Gestão Ambiental, Desenvolvimento de Sistemas, Turismo e Mecanização;
 - e) expansão da pós-graduação: criação de novos programas em níveis de mestrado e doutorado.

3.3.2. Reestruturação Acadêmico-Curricular, Renovação Pedagógica da Educação Superior e Mobilidade Intrainstitucional e Interinstitucional

Relação de dezoito alunos por professor em cursos de graduação presenciais: como são bastante favoráveis os indicadores do ensino de graduação e pós-graduação da UFV, a contabilização dos dados relativos a eles, nos termos previstos no REUNI, fornece uma relação de alunos de graduação por professor igual a 15,58/1. Assim, a pretendida relação de 18/1 não estava muito distante de ser atingida.

- Atividades acadêmicas planejadas: revitalização da Unidade de Apoio Educacional (UAE); apoio à Coordenação Geral das Licenciaturas e Coordenação de Estágios; apoio ao Programa de Tutoria da UFV; criação do Programa de Bolsa de Ensino, voltado para iniciação científica; apoio administrativo e financeiro ao programa de avaliação de disciplinas, realizado pelos alunos e professores, e ao programa de avaliação do docente, em processo de reformulação; apoio à Coordenadoria de Educação Aberta e à Distância (CEAD); aperfeiçoamento dos procedimentos relativos à mobilidade estudantil e à ocupação de vagas ociosas.

3.3.3. Compromisso Social da Instituição

- Políticas de inclusão, fundamentadas nas seguintes propostas: ampliação do programa institucional de inclusão digital e do acesso de alunos carentes à internet; consolidação do Curso Pré-Vestibular para estudantes carentes do ensino médio; consolidação das políticas institucionais relativas aos concursos seletivos, particularmente a descentralização do vestibular e o Programa de Avaliação Seriada de Acesso no Ensino Superior (PASES).

- Assistência estudantil: a UFV apresentou as propostas de apoio ao programa de moradia estudantil: ampliação e reforma dos alojamentos; apoio ao programa de alimentação a custos subsidiados ou custo zero para alunos carentes: ampliação e melhoria dos restaurantes universitários da UFV; ampliação do programa de esporte, lazer e cultura relativo ao corpo discente.

3.3.4. Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação

- Expansão da pós-graduação: os programas de mestrado em Zootecnia Profissionalizante e Estatística Aplicada à Biometria iniciaram suas atividades em 2007, enquanto os de Tecnologia de Celulose e Papel Profissionalizante e Matemática foram propostos para 2008. Houve ainda proposta de criação de nove programas de mestrado e o programa de doutorado em Administração.

- Programa de bolsas:

- a) alocação de recursos para bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, com vistas à integração efetiva da graduação com a pós-graduação, com o envolvimento de estudantes da pós-graduação no auxílio ao ensino da graduação, principalmente nas áreas básicas;
- b) alocação de recursos para bolsas de assistência estudantil, visando à diminuição da evasão;
- c) contratação de professores visitantes para o atendimento a novas áreas de conhecimentos e em processos de formação, nos três *campi* da UFV;
- d) ampliação da política institucional de bolsas de iniciação científica, visando, também, aperfeiçoar a interface entre os ensinos de graduação e pós-graduação.

3.3.5. Os recursos humanos e financeiros e a infraestrutura planejados para viabilizar o alcance das metas foram:

- Pessoal: contratação de docentes para os *Campi* de Viçosa e Florestal, a fim de suprir as necessidades de graduação e pós-graduação; contratação de servidores técnico-administrativos de nível médio e nível superior; pagamento de serviços eventuais de consultoria e de docência visando à consolidação dos novos cursos e programas. A Tabela 2 mostra a previsão de contratação de docentes e técnicos administrativos, no período de 2008 a 2012.

Tabela 2 – Contratação de pessoal para o quadro permanente da UFV

| Pessoal | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|------------------------------|-------|--------|---------|---------|---------|
| Professores Equivalentes/DDE | 37/24 | 119/77 | 228/147 | 316/204 | 335/216 |
| Técnico de Nível Médio | 12 | 56 | 105 | 180 | 432 |
| Técnico de Nível superior | 8 | 15 | 30 | 50 | 108 |

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento (2010), balanço do primeiro ano do Reuni na UFV.

- Edificações:

- a) prédio com salas de aula, laboratórios e salas especiais necessários aos cursos da área de saúde e engenharia, a serem oferecidos pela UFV em Viçosa;
- b) prédio com salas destinadas a laboratório de informática, salas de monitoria e tutoria para atendimento aos novos cursos de licenciatura e a outros cursos de graduação em funcionamento no *Campus* de Viçosa;
- c) novo Pavilhão de Aulas, no *Campus* da UFV;
- d) prédio com salas de aula, laboratórios e salas especiais para atendimento aos cursos de licenciatura em criação no *Campus* de Florestal;
- e) ampliação do prédio Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH);
- f) reformas e ampliação de laboratórios e adaptações de espaços destinados aos cursos superiores de tecnologia no *Campus* de Florestal;
- g) ampliação do prédio da Biblioteca Central do *Campus* de Florestal, com a abertura de salas de leitura e estudos;
- h) reforma e ampliação de quadras esportivas do *Campus* de Florestal.

- Mobiliário, equipamentos, softwares e acerto bibliográfico:

- a) aquisição de mobiliários e equipamentos necessários para salas de aulas, laboratórios, salas de monitoria e tutoria e salas especiais no *Campus* de Viçosa;
- b) aquisição de móveis para salas de aulas, laboratórios e salas especiais para o prédio construído para os cursos em criação, no *Campus* de Florestal;
- c) aquisição de livros, redes de dados, softwares, assinaturas de revistas e acessos via internet para os acervos bibliográficos dos *campi* de Viçosa e Florestal.

3.4 Definição de Política Pública

A noção de “políticas de gestão pública” pode ser utilizada no sentido tanto das atividades de suporte quanto de desenvolvimento institucional de governo. Na definição original de Barzelay (2001), “políticas de gestão pública referem-se a regras e rotinas que se aplicam à administração pública como um todo em relação a macroorganização governamental, processo de planejamento, orçamento e gestão financeira, funcionalismo, organização de sistemas e métodos, controle e avaliação e aquisições”. Segundo Martins (2003), acrescentam-se a essa apreciação “os processos de desenvolvimento institucional, voltados ao desenvolvimento das estratégias, alinhamento das estruturas, otimização dos processos de trabalho, adequação dos quadros funcionais e sistemas de informação, conhecimento e aprendizagem, não apenas na perspectiva macrogovernamental, mas também como parte da ação modernizadora de cada organização pública”.

Segundo a definição de Lowi (1985:7), políticas públicas são “regras formuladas por autoridades governamentais que expressam intenção de influenciar o comportamento de cidadãos, individual ou coletivamente, mediante o uso de sanções positivas ou negativas”. Esse conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos, que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos e, portanto, fruto de um processo de decisão política, usualmente consubstanciado em uma disposição normativa (lei, decreto, documento de governo ou outra forma de resultado político), que demanda competência autorizativa no âmbito governamental (Executivo ou, na maior parte das vezes, Executivo e Legislativo). As políticas públicas dispõem usualmente sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (princípios e macroestratégias de ação).

Há ainda a definição de Políticas Públicas como “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa

dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (Guareschi *et al*, 2004:180).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e, ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

3.4.1. Ciclo de Política Pública

Diante das diferentes classificações do ciclo de política pública, neste estudo, para a análise das políticas de desenvolvimento das Universidades Federais, como exigências governamentais, será abordada a classificação apresentada por Barkenbus (1998): agenda, formulação, implementação e avaliação.

A agenda, a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas são elementos indispensáveis para os governantes.

Antes da escolha de uma política pública, um problema deve ser focalizado e passa a fazer parte da agenda de governo quando há decisão política em resolvê-lo. O que coloca uma questão na agenda é a percepção de que algo está errado e que pode ser melhorado após uma intervenção pública (PETERS, 1986).

Segundo Peters (1986), após identificado o problema, surge a necessidade de definir uma estrutura para solucioná-lo. Fernandes e Berton (2006) entendem que a formulação depende dos gestores mobilizarem apoios para as políticas de sua preferência, mediante a formação de coalizões de sustentação e construção de arenas de negociação que evitem a paralisia decisória.

A etapa seguinte constitui-se na implementação, considerada como um dos maiores desafios para os gestores públicos. Segundo Oliveira (2006), essa etapa constitui um passo vital no processo de governo porque envolve colocar programas em ação e produzir efeitos para os cidadãos. Argumenta ainda que o estudo da implementação exige um entendimento de sua complexidade e interação com o planejamento. O resultado do planejamento, incluindo sua implementação, deve ser observado como uma série de eventos que são dependentes de uma cadeia. Assim, tornam-se necessárias coalizões de apoio, capacidade financeira, instrumental e operacional. Devido sua complexidade, envolvimento e dependência de

diversos atores sociais, esta etapa constitui uma das maiores causas do fracasso das políticas públicas (FERNANDES e BERTON, 2006).

A avaliação de políticas é considerada a fase na qual se apreciam os programas já implementados e seus principais impactos.

Segundo Cunha (2006), a avaliação é instrumento importante para o controle da efetividade da ação estatal, podendo subsidiar o planejamento e a formulação das ações governamentais, bem como o acompanhamento de sua implementação. Thoenig (2002) considera que os métodos modernos de avaliação buscam eficiência, eficácia, transparência e responsabilidade democrática. A avaliação deve ser vista como uma ferramenta para o aprendizado que pode auxiliar governos, dirigentes públicos e o próprio público a formarem pontos de vistas convergentes.

4. BALANÇO DO PRIMEIRO ANO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Por meio de consulta a relatórios fornecidos pela instituição, disponibilizados na internet e base de dados da UFV, foi possível chegar a um relatório parcial das propostas em andamento apresentadas a seguir.

4.1. Ampliação da oferta de Educação Superior Pública

No planejamento do REUNI, a UFV projetou aumentar em 42% o número de matrículas, no período de 2007 a 2012, nos *campi* de Viçosa e Florestal, passando também a contabilizar as vagas do *Campus* de Rio Paranaíba, que iniciou atividades de ensino no segundo semestre de 2007, e por já estar recebendo recursos do Programa de Expansão das IFES não entrou na proposta inicial do Reuni para evitar superposição de recursos. A UFV passou de 1.835 vagas em 2006 para 3.289 vagas em 2010, nos seus três *campi*.

- Redução das taxas de evasão: a taxa média de diplomação passou de 78% em 2007 para 86% em 2008; houve ampliação do Programa de Monitoria da UFV, com aumento de 251 monitores em 2007 para 302 em 2009; revigorou-se o Programa de Tutoria com novas metodologias; intensificou-se a atuação dos bolsistas do Reuni junto às disciplinas com alto índice de reprovação.

- Ocupação de vagas ociosas: das ações planejadas, os resultados obtidos foram a constituição de Comissão com a finalidade de discutir e propor o Edital de Vagas Remanescentes da UFV, preenchimento de 62% das vagas remanescentes no segundo

semestre de 2009, em relação a 38% do primeiro período letivo de 2007, correspondendo a um aumento de 63%; adoção do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para preenchimento das vagas remanescentes do processo seletivo do vestibular.

- Aumento de vagas de ingresso: conforme proposta entregue ao MEC em 2007, no *campus* sede da UFV, em Viçosa, foram criados os cursos constantes na Tabela 3.

Tabela 3 - Cursos criados no *Campus* de Viçosa

| Curso | Vagas | Turno | Ano de Início |
|---|--------------|--------------|----------------------|
| Engenharia Mecânica* | 40 | Integral | 2007 |
| Engenharia Química | 40 | Integral | 2007 |
| Licenciatura em Ciências Biológicas | 40 | Noturno | 2009 |
| Licenciatura em Física | 40 | Noturno | 2009 |
| Licenciatura em Matemática | 40 | Noturno | 2009 |
| Licenciatura em Química | 40 | Noturno | 2009 |
| Ciências Sociais - Licenciatura e Bacharelado | 60 | Noturno | 2009 |
| Enfermagem – Bacharelado | 60 | Integral | 2009 |
| Medicina | 50 | Integral | 2010 |
| Letras – Habilitação Português/Espanhol | 20 | Noturno | 2010 |
| TOTAL | 430 | | |

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento (2010), balanço do primeiro ano do Reuni na UFV.

Além da criação de novos cursos, foram aumentadas 20 vagas no curso de Zootecnia, já existente, totalizando 80 vagas anuais e 5 no curso de Secretariado Executivo, totalizando 25 vagas anuais, a partir de 2009.

Em relação a Florestal, O Colegiado do *Campus* propôs modificações na implantação dos novos cursos, mantendo-se, porém, o número de vagas previstas, da seguinte forma:

- substituição da criação dos cursos Superiores de Tecnologia em Mecanização e Tecnologia em Turismo, pelos cursos de Agronomia e Engenharia de Alimentos;
- redução de 50 para 25 vagas nas licenciaturas em Ciências Biológicas, Físicas, Matemática e Química, em razão da baixa demanda pelos mesmos, sendo criado o curso de Licenciatura em Educação Física;
- aumento de 10 vagas nos cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

4.2. Reestruturação Acadêmico-Curricular, Renovação Pedagógica da Educação Superior e Mobilidade Intrainstitucional e Interinstitucional

Visando redefinir as atuais composições e atribuições dos colegiados responsáveis pela gestão acadêmica da UFV, foram instituídas as seguintes ações:

- revisão do Regime Didático da Instituição e Projetos Pedagógicos de todos os cursos;
- nomeação de comissão com a finalidade de analisar e apresentar proposta de reestruturação da composição, atribuições e funcionamento do Conselho Técnico de Graduação, das Comissões Coordenadoras e das Câmaras de Ensino;
- nomeação de comissão com a finalidade de revisar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, visando a normatização do Estágio Supervisionado, adequando-os à Lei 11.788/2009;
- automatização dos processos acadêmicos para divulgação dos resultados *online* para os estudantes (em fase de finalização);
- nomeação de comissão com a finalidade de elaborar o “Manual do Coordenador”.

A UFV privilegiou a criação de cursos de licenciatura no período noturno, tanto no *Campus* de Viçosa quanto de Florestal. A expansão da oferta, com a adoção de critérios que assegurem maior articulação entre os novos cursos e os arranjos produtivos locais e regionais, principalmente no que se refere aos cursos superiores de tecnologia, resultou na criação de cursos, no *campus* de Florestal, voltados à capacitação de profissionais para a indústria e para as áreas de serviços e do agronegócio.

Foram implementadas ainda as seguintes ações:

- reativação da Unidade de Apoio Educacional, agora denominada Diretoria de Programas Especiais;
- realização de assessoramento didático-pedagógico aos docentes e discentes da UFV;
- organização de seminários, oficinas, workshops dentre outros, sobre formação de docentes, enfocando novas metodologias didático-pedagógicas e tecnologias da informação;
- consolidação do Programa de Avaliação de Disciplinas de Graduação;
- organização do “Manual do Estudante”, entregue juntamente com o Catálogo de Graduação da UFV a todos os ingressantes em 2009, contendo informações sintéticas sobre a vida acadêmica para auxiliar o estudante em sua trajetória no curso e na Universidade;

- formação psicopedagógica dos tutores que atuam junto ao Programa de Tutoria da UFV.

Quanto às ações referentes a Mobilidade Intrainstitucional e Interinstitucional, foi feita a ampliação dos programas de mobilidade acadêmica, tanto internos quanto externos e nomeação de representantes institucionais para a mobilidade acadêmica.

4.3. Compromisso Social da Instituição

- Políticas de inclusão: visando equalizar as oportunidades de ingresso em seus cursos de graduação, a UFV passou a oferecer aos candidatos, que cursaram e concluíram todos os 11 anos de ensino fundamental e médio em escolas públicas no Brasil, um bônus de 15% sobre a pontuação obtida no Vestibular.

- Assistência estudantil: a instituição já possuía histórico nessa área. A UFV atende atualmente a 1.100 estudantes com bolsa-alimentação em seu restaurante universitário. Em 2009, visando melhorar as condições de alimentação dos estudantes, foi instalado um novo Restaurante, em parceria com a iniciativa privada.

Em 2008, ocorreu a reforma de um dos alojamentos e, em 2010, foi concluída a reforma em outro bloco de alojamento, com troca de reboco, novas instalações da rede de água quente, pintura, reforma geral nos banheiros e mobiliário, melhorando as condições de mais de 360 alunos e recuperando uma área de 2.626,16 m². Atualmente, a UFV oferece 1.382 vagas nos alojamentos do *Campus* de Viçosa.

Em 2009, a administração da UFV investiu também na criação de salas de informática em todos os alojamentos para a promoção de inclusão digital e na reforma de quadras poliesportivas para eventos culturais e esportivos dos moradores dos alojamentos.

Foi criada a Divisão de Esporte e Lazer, que tem por objetivo promover atividades esportivas e recreativas, além da Divisão Psicossocial que tem por função o atendimento psicológico e social visando à integração do estudante no meio acadêmico.

4.4. Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação

Foram desenvolvidas ações de articulação da graduação com a pós-graduação, mediante expansão quantitativa da pós-graduação, orientada para a renovação pedagógica da educação superior, compreendendo: estabelecimento de critérios para a distribuição das bolsas, priorizando os cursos recém-criados e emergentes; distribuição de 85 bolsas, sendo 70 para os programas de Mestrado e 15 para os de Doutorado; realização de análise da atuação

dos bolsistas de pós-graduação nas disciplinas de graduação; publicação de Edital para submissão de projetos, visando distribuição das novas bolsas do Reuni, sendo 28 de mestrado e 13 de doutorado, totalizando 41 bolsas, em 2010.

A ampliação da Pós-graduação teve início com a criação do mestrado profissionalizante em Zootecnia e do mestrado em Estatística Aplicada a Biometria em 2006, com atividades a partir de 2007.

Em 2009, foram implementados os programas de pós-graduação em Educação e Letras. Em 2010, foram iniciados o doutorado em Nutrição e o mestrado em Arquitetura e Urbanismo. O conselho de pós-graduação avaliou em 2008/2009 as propostas apresentadas pelos programas de Agroecologia e de Engenharia de Produção, manifestando a favor da elaboração de uma nova proposta que foi submetida em 2010.

A participação dos pós-graduandos em atividades de ensino promove a integração entre graduação e pós-graduação e tem sido benéfica sob vários outros aspectos, destacando-se a contribuição na formação profissional do bolsista e reflexos positivos no ensino e aprendizagem de disciplinas de graduação e, conseqüentemente, no rendimento dos alunos da graduação.

4.5. Recursos humanos e financeiros e a infraestrutura

- Pessoal: foram efetivados 60 provimentos, sendo 14% distribuídos para o *Campus* de Florestal e 86% para o *Campus* de Viçosa. O restante das vagas autorizadas para concursos foi lançado em editais, homologado e lançado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC – e aguarda autorização para provimento.

Com relação ao provimento dos Cargos Técnico-Administrativos, foi efetuada a contratação de 38,89% dos cargos pactuados.

- Edificações: como parte de seu planejamento para atender a demanda do Programa Reuni, a UFV está empreendendo a execução das seguintes obras do projeto original (2007):

- edifícios destinados à área da Saúde, aos laboratórios das Engenharias e à ampliação do Colégio de Aplicação (COLUNI);
- Pavilhão de Aulas III: atenderá aos cursos de graduação, em geral, no *Campus* de Viçosa;
- Edifício das Licenciaturas;

- Construção do Edifício do Centro de Ciências Humanas II (CCH II) e reforma do Laboratório de Biologia;
- Pavilhão de Aulas do *Campus* de Florestal.

- Mobiliário, equipamentos, softwares e acerto bibliográfico: os recursos orçamentários para material permanente foram utilizados na aquisição de equipamentos para os laboratórios e unidades acadêmicas da UFV. Os recursos de custeio foram rateados em cotas e disponibilizados aos departamentos e centros afetos ao Reuni, sendo adquiridos equipamentos para laboratórios e apoio didático, principalmente empregados na compra de material de consumo para os cursos de Medicina, Enfermagem, Engenharia Química e Engenharia Mecânica. A Instituição buscou reestruturar os espaços de ensino por meio da aquisição de equipamentos multimídia e, em 2009, foram adquiridos 120 aparelhos audiovisuais que foram instalados nos dois pavilhões de aula. A Instituição tem enviado esforços para melhorar os processos internos de compras, por meio de treinamento e instrução dos gestores quanto aos procedimentos, bem como para aderir a Atas de Registro de Preços.

5. ANÁLISE DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Para que um problema seja enfrentado por políticas públicas, é necessário que os atores políticos (políticos e membros da administração direta) se mobilizem para provocar demandas, que sejam processadas pelo sistema político inserido na Agenda Governamental.

As deficiências observadas no ensino superior público, no Brasil, passaram a compor a agenda governamental, a partir do momento em que se tornou necessária a implementação de uma política de Reestruturação das IFES.

Assim, esta necessidade constou do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social, dotando as universidades das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior.

As diretrizes estabelecidas no plano de reestruturação impactaram sobremaneira as IFES. No primeiro momento, quanto às discussões para definição das propostas iniciais. No

segundo, coube aos dirigentes das IFES o estabelecimento de diretrizes que visassem o cumprimento das metas. O plano está em fase de implementação, uma vez que suas propostas são para o período de 2007 a 2012.

Simultaneamente à implementação e fases anteriores, ocorre o processo de avaliação, que tem por finalidade analisar de forma sistemática e objetiva se as diretrizes estabelecidas, tanto pelo Governo como pelas IFES, estão relacionadas aos objetivos propostos.

A avaliação pode auxiliar o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. “É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo” CUNHA (2006:1).

Além do caráter de mensuração objetiva de resultados, a avaliação possui também aspectos qualitativos, constituindo-se em julgamento sobre o valor das intervenções governamentais por parte dos avaliadores internos ou externos, bem como por parte dos usuários ou beneficiários. A decisão de aplicar recursos públicos em uma ação pressupõe a atribuição de valor e legitimidade aos seus objetivos, sendo que a avaliação deve verificar o cumprimento das metas estabelecidas.

Entretanto, para que uma política pública alcance a efetividade é necessário trabalhar de forma integrada e que a mesma seja tratada como um processo cíclico com distintas fases e que permita a retroalimentação recíproca para correção de problemas em qualquer uma das fases do seu ciclo.

6. CONCLUSÃO

O Reuni encontra-se em pleno processo de execução e cabe ao Ministério da Educação garantir eficiência na alocação dos recursos humanos, orçamentários e infraestruturais, induzindo a reestruturação física e acadêmica das instituições, possibilitando a ampliação do acesso e assegurando a qualidade da educação superior pública.

A UFV, durante o primeiro ano de execução do Reuni, teve condições de começar a ampliação de suas instalações físicas. Foram realizados concursos públicos, tanto para docentes quanto para técnicos administrativos, fator este determinante para a oferta de um ensino de qualidade e para a manutenção das atividades de uma instituição de ensino, embora ainda seja deficiente o número de docentes em várias áreas.

Para atender aos objetivos que nortearam o Reuni, a UFV vem desenvolvendo diretrizes que orientam ações para o aumento de vagas, melhoria e modernização do ensino, redução de taxas de evasão (tutoria, monitoria, assistência estudantil), integração da graduação e pós-graduação e políticas de inclusão social, dentre outras metas que buscam reduzir as históricas desigualdades sociais no País. Mas, até que ponto a Universidade está preparada para formar não apenas mão de obra, mas cidadãos com consciência crítica que venham contribuir efetivamente com a sociedade?

Conforme relatório do Primeiro Ano do Reuni, editado pelo MEC, as possíveis causas para a não consecução de algumas metas podem envolver a combinação de vários fatores:

- Dificuldades nos processos de contratação de docentes (questões operacionais e, em alguns casos, dificuldades em atrair candidatos para os processos seletivos);
- Remanejamento de oferta de vagas de 2008 para 2009;
- Dificuldades para oferta de cursos noturnos (houve diferença positiva no cumprimento da meta de vagas em cursos diurnos e negativa na de cursos noturnos);
- Atrasos na disponibilização dos espaços físicos (entraves nas obras, como por exemplo: regularização da dominialidade, licenças ambientais e condições climáticas adversas);
- Readequação dos projetos institucionais.

Uma ameaça identificada à implementação do Programa em sua íntegra é o fato de o Reuni se tratar de um Programa, e não uma Lei, que obrigue o Estado a se comprometer com esta política, tendo assim uma dimensão temporal, vinculada apenas com o governo que o implantou. Na definição de (Ala-Harja e Helgason, 2000:8), programa é “um conjunto de atividades organizadas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamento específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis”. Por ser 2010 um ano eleitoral, que destino terá o Reuni nas mãos dos próximos governantes?

A proposta do Reuni se restringe a um aumento quantitativo da graduação com a ampliação do acesso e permanência na educação superior e, na ânsia de perseguir o aumento das taxas de diplomação, a qualidade e excelência do ensino podem ser colocadas em risco.

De acordo com o MEC, um dos desafios importantes para o Programa será a sua avaliação em relação a aspectos qualitativos referentes à execução e implementação dos programas e projetos universitários. Assim, os desafios inerentes à efetivação da função social

da universidade e ao necessário diálogo com a sociedade levarão a planos e programas de inovação pedagógica.

De acordo com o MEC, o Reuni possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação superior, com vistas à redução das desigualdades sociais, além de cumprir sua missão institucional de ampliação da oferta de ensino superior e atuação em todos os segmentos da educação de forma integrada.

O presente trabalho se limita pela dificuldade de acesso a dados atuais sobre o Programa e do estágio das ações em andamento. As autoras iniciam uma reflexão sobre esta temática e buscam estimular futuros debates, visto que a área ainda é pouco explorada pela comunidade científica acadêmica e os resultados são de interesse coletivo. Várias das indagações relacionadas ao sucesso ou não do plano somente poderão ser respondidas com o amadurecimento do tema em discussão.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, Marjukka; Helgason, Sigurdur. **Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação**. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.

BARKENBUS, Jack. **Expertise And The Policy Cycle**. Artigo apresentado no Energy, Environment, and Resources Center. University of Tennessee, 1998.

BRASIL, **Decreto n 6.096, de 24 de abril de 2007**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 30 mai.2010.

CUNHA, Carla Giane Soares. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Trabalho apresentado no curso “The Theory and Operation of a Modern National Economy” ministrado na George Washington University, 2006. Disponível em <www.seplag.rs.gov.br/download.asp?...Avaliacao_de_Politicas_Publicas_e_Programas_Governamentais>. Acesso em: 30 mai.2010.

FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; BERTON, Luiz Hamilton. **Administração Estratégica: da Competência Empreendedora à Avaliação de Desempenho**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

GIL, Antonio Carlos – **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002

GUARESCHI, N. *et al.* **Problematizando as Práticas Psicológicas no Modo de entender a Violência**. In: Violência, Gênero e Políticas Públicas. 2004, p. 180.

MARTINS, Humberto Falcão Martins. **Uma Teoria da Fragmentação de Políticas Públicas: Desenvolvimento e Aplicação na Análise de Três Casos de Políticas de Gestão Pública**. 2003. 258 f. Tese (Doutorado em Administração Pública)-Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2003.

Ministério da Educação. **Diretrizes gerais do Decreto 6.096 - Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais 2007.** Disponível em < <http://reuni.mec.gov.br>> Acesso em: 30 mai.2010.

_____. **Relatório do Primeiro Ano:** Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81> Acesso em: 30 mai.2010.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Desafios do Planejamento em Políticas Públicas:** diferentes visões e práticas. (2006). Disponível em <www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf>. Acesso em: 30 mai.2010.

PETERS, B. Guy. *American Public Policy: Promise and Performance*. New Jersey: Chatam House Publishers, 1986, 2ª ed.

THOENIG, Jean Claude. **A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública.** *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000. Disponível em <www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=search_result&itemid=129>. Acesso em: 30 mai.2010.

Universidade Federal de Viçosa. **Relatório do Primeiro Ano do Reuni Universidade Federal de Viçosa.** In: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.

_____. **Diretrizes gerais do Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais 2007.** Disponível em <<http://www.reuni.ufv.br/docs/diretrizes.pdf>> Acesso em: 30 mai.2010.